

## Crédito rural

## Mais rigor na contratação

## Apoio ao milho

Com uma produção de 50,6 milhões de toneladas e consumo de aproximadamente de 40 milhões de toneladas, houve excedente, na safra de milho 2006/2007, de 10,6 milhões de toneladas, o que provocou a queda do preço da *commodity*.

A cotação do produto ficou inferior aos preços mínimos de R\$ 14,00 por saca de 60 kg, para o milho produzido no Sul, Sudeste, Goiás, Mato Grosso do Sul e no sul da Bahia, e de R\$ 11,00 por saca para o milho produzido em Mato Grosso e Rondônia.

O governo federal destinou R\$ 276 milhões a operações de apoio à comercialização de milho nos últimos cinco meses, e garantiu preços acima do mínimo. Foram negociados 5,1 milhões de toneladas por meio de operações:

- Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) – 3,7 milhões de toneladas;
- Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) – 1,2 milhão de toneladas;
- Aquisição do Governo Federal (AGF) – 200 mil toneladas por AGF.

isso afeta a competitividade porque as exportações encarecem em dólar e reduzem-se em real.

Entre o período de plantio e comercialização, a valorização média do real diante foi de R\$ 2,80 a R\$ 2,40 na safra 2004/05, de R\$ 2,25 a R\$ 2,15 na safra 2005/06 e de R\$ 2,15 a R\$ 1,95 na safra 2006/07. Um comportamento que penaliza o produtor rural.

Como será na safra 2007/08? Na esteira do etanol, a cana-de-açúcar amplia sua fronteira e força os grãos a ocuparem outros espaços. A tendência inicial era de repetir novamente o ciclo dos últimos anos, diante da expectativa de continuidade no processo de valorização do real. Agora, com a recente tensão nos mercados financeiros mundiais, o grau de imprevisão ficou maior.

O cultivo da soja está menor desde a safra 2004/05, quando foram plantados 22,15 milhões de hectares ante o recorde da safra 2003/04, de 23,28 milhões de hectares. Isso significa que, mesmo com um plantio maior, a oleaginosa ainda não recuperou sua maior área. Por sua vez, a boa colheita passada, combinada com a subida do preço internacional, possibilitou uma recuperação da lucratividade para os pro-

dutores, embora restringida pelo câmbio. Diante dos preços vigentes (R\$ 30 a R\$ 33 a saca) e dos custos estimados, a lavoura promete outro resultado positivo.

O arroz é outro produto com tendência de recuperação. Nos últimos dois anos, o arrozeiro do Rio Grande do Sul, principal produtor nacional, diante de preços desfavoráveis e pouca disponibilidade hídrica para o plantio, teve sua área reduzida. Pelo terceiro ano consecutivo a produção ficou inferior ao consumo. A rentabilidade da cultura dependerá da política agrícola para manter o preço acima dos custos de produção.

Para o milho, a conjuntura não pesa a favor, com o enfraquecimento dos preços, pela entrada do produto da safrinha e o impacto do maior preço dos nitrogenados empregados na lavoura e, principalmente, pela cotação da soja. O cenário é francamente pró soja.

Para o algodão, o quadro é de indefinição. A alta nas cotações internacionais da fibra mudou a percepção de alguns cotonicultores que estavam fortemente decididos a cortes expressivos de área. Por sua vez, a subida do dólar em relação ao real ajuda, inclina o agricultor a aumentar a área plantada. ■

NA SAFRA 2006/07, o desembolso correspondente às aplicações do sistema oficial de crédito rural ficou, pelo segundo ano consecutivo, abaixo do orçamento original previsto pelo MAPA. Os indícios são de que o aumento na oferta de crédito rural não consegue cumprir o papel de estimular os negócios agropecuários.

A temporada, finalizada em 30 de junho último, cumpriu 89% do total programado, enquanto na safra 2005/06 o desembolso chegou a 95% do total. Com isso, nesses dois anos, deixaram de ser emprestados para os agricultores R\$ 5,387 bilhões.

No lançamento do Plano de Safra, o governo anunciou R\$ 50 bilhões para o setor, mas foram efetivamente aplicados R\$ 44,613 bilhões. Na safra 2005/06, havia R\$ 44,35 bilhões, e os empréstimos somaram R\$ 42,345 bilhões. A diferença foi da ordem de R\$ 2 bilhões.

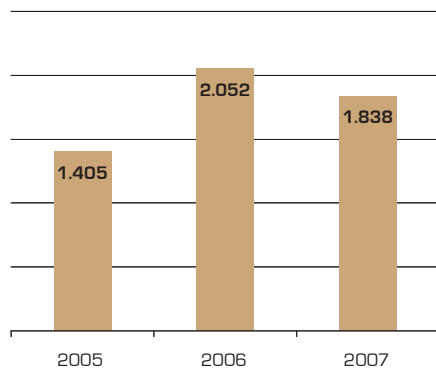
Dois fatores básicos explicam a queda no indicador de desempenho:

- A crise de renda no segmento de grãos;
- Crescimento do endividamento rural.

Nesse ambiente, a política de concessão de crédito dos bancos fica mais restritiva e seletiva. Os bancos contraem o crédito e ficam mais criteriosos nos exames dos cadastros apresentados pelos produtores.

Quando se analisa o desempenho do crédito rural nas safras 2005/06 e 2006/07, os indícios são de uma forte desaceleração no crédito para investimentos, quando comparado ao custeio e à comercialização.

### Programa de garantia de preços mínimos (R\$ bilhões)



Fonte: MAPA

Nos oito programas administrados pelo BNDES:

- Houve uma queda na aplicação de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 2,896 bilhões;
- As operações ficaram bem abaixo do previsto: 38,6% em 2005/06 e 47,4% em 2006/07.

Os números do MAPA apresentam também uma piora nos empréstimos de custeio e comercialização. O desembolso efetivo (aplicado em relação ao previsto) despencou de 111% na safra 2005/06 para 95% na safra 2006/07. Houve sobra de R\$ 1,877 bilhão nessa rubrica.

No agregado, os produtores tomaram menos recursos, apesar de ocorrer uma melhoria no perfil dos empréstimos com juros controlados (8,75% ao ano): a aplicação passou de 52,0% para 74,7% nas operações de custeio e comercialização. O acesso aos recursos do crédito de custeio com juros livres diminuiu diante das taxas consideradas ainda altas (acima de 15% ao ano) e os contratos atingiram 88% do total disponível.

Na safra 2006/07 também houve uma oferta adicional de crédito rural. A sua exigibilidade corresponde a 25% dos depósitos à vista e estes aumentaram com a queda na taxa de juros. Mas, como registrado anteriormente, as restrições cadastrais e a maior seletividade na concessão inibiram o crédito. Isso

certamente continuará e os agentes financeiros terão de fazer provisão para riscos operacionais.

Para a safra 2007/08, o quadro parece não mudar. Os agricultores encontram dificuldades na apresentação de garantias reais para realização dos empréstimos de investimentos. A tendência é deparar com um maior rigor na tomada de crédito.

Na previsão do MAPA, no Plano Agrícola 2007/08, anunciado em junho pelo governo federal, há R\$ 60 bilhões, dos quais R\$ 27 bilhões seriam aplicados pelos bancos privados e R\$ 33 bilhões pelo Banco do Brasil. Já a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) estima a liberação de R\$ 19,5 bilhões, uma cifra 3,72% acima do ano passado.

Um ponto certo é que o modelo clássico de financiamento para a agricultura

entra em discussão. A sua reformulação deve acompanhar a modernização do sistema financeiro e as práticas gerenciais do agronegócio. A matriz do crédito passa pela análise das cadeias produtivas e pela criação de um estatuto de micro e pequenas empresas no setor. As pessoas físicas perdem espaço na capacidade de tomada de recursos dentro das normas atuais do sistema nacional de crédito rural.

### Nova orientação

Para evitar os pesados custos de armazenagem dos estoques públicos, o governo reorienta sua política de concessão de subsídios à comercialização das safras. O desafio é, a custos menores, apoiar a comercialização de maiores quantidades de produtos. Nos momento de crise, como

| Fonte de recursos (R\$ bilhões)    | Safra 2005/06 |          | Safra 2006/07 |          |
|------------------------------------|---------------|----------|---------------|----------|
|                                    | Programado    | Aplicado | Programado    | Aplicado |
| 1. Custeio e comercialização (2+3) | 33.200        | 36.870   | 41.400        | 39.523   |
| 2. Juros controlados               | 20.900        | 22.888   | 30.100        | 29.538   |
| 3. Juros livres                    | 12.300        | 13.982   | 11.300        | 9.984    |
| 4. Investimento (5+6)              | 11.150        | 5.476    | 8.600         | 5.091    |
| 5. Programas do BNDES              | 8.550         | 3.300    | 6.100         | 2.896    |
| 6. Demais linhas e programas       | 2.600         | 2.176    | 2.500         | 2.195    |
| 7. Agricultura (1+4)               | 44.350        | 42.346   | 50.000        | 44.614   |
| 8. Agricultura familiar            | 9.000         | 7.036    | 10.000        | 7.723    |
| 9. Agricultura total (7+8)         | 53.350        | 49.382   | 60.000        | 52.337   |
| 10. Outros créditos                | 3.500         | 0,750    | 3.000         | 3.287    |
| Total geral (9+10)                 | 56.850        | 50.132   | 63.000        | 55.624   |

Fonte: MAPA (de julho a junho)

### Brasil: programa de garantia de preços mínimos (milhões de toneladas)

| Linha  | 2005  | 2006   | 2007* |
|--------|-------|--------|-------|
| PEP    | 2.150 | 9.149  | 1.336 |
| Pepro  | -     | 6.029  | 6.723 |
| Prop   | 944,4 | 3.955  | 1.611 |
| Opções | 352   | -      | 0,857 |
| AGF    | 1.689 | 2.641  | 0,139 |
| Total  | 5.135 | 21.774 | 9.671 |

Fonte: MAPA. (\*) janeiro a julho

## Trigo

## Estoque em queda

ocorreu nas safras 2004/05 e 2005/06, a pressão é forte para intervenções oficiais no mercado.

A tendência do governo é concentrar mais seus instrumentos de comercialização nas operações de equalizações de preços e deixar as aquisições diretas de produtos para segundo plano.

As despesas com a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) somaram R\$ 2,3 bilhões em 2006, contra R\$ 1,4 bilhão em 2005. Para 2007, as estimativas são de R\$ 1,8 bilhão.

O emprego de instrumentos como a Aquisição do Governo Federal (AGF) era mais freqüente até 2005. Neste ano, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) desembolsou R\$ 1,21 bilhão na aplicação desses instrumentos, além de um custo adicional de R\$ 192 milhões, para “carregar” um estoque de 5,135 milhões de toneladas.

Em 2006, o apoio do governo chegou a 21,7 milhões de toneladas, sendo que houve uma elevação de quatro vezes superior à ocorrida em 2005, embora os gastos crescessem 70%.

Tomado-se por base a forma da intervenção recente do governo na comercialização das safras, é possível verificar um crescente uso dos instrumentos de subsídio direto ao produtor, e não mais subvenções por meio de indústrias e *tradings* do agronegócio.

Do ponto de vista do custo e benefício, a nova estratégia do governo, de oferecer equalização dos preços, é positiva. No caso da soja, ano passado, foi fundamental para evitar uma crise de enorme proporção.

Nas três últimas safras, o capital de giro dos produtores diminuiu e o risco de tomada de crédito aumentou. O governo optou pelo subsídio às indústrias, que concedem o crédito aos agricultores com base nos preços futuros dos grãos e, no contrato, têm a garantia de recebimento em produto. É um modelo de menor risco operacional para os bancos receberem os pagamentos dos financiamentos recebidos. ■

DE ACORDO com o IBGE, a safra nacional de trigo ficou em apenas 2,4 milhões de toneladas em 2006, volume 47,1% menor que em 2005, quando foram colhidos 4,6 milhões. Foi a pior safra dos últimos cinco anos.

Descapitalizados, os produtores reduziram em 25,1% a área plantada. Além disso, a implantação das lavouras com

baixa tecnologia e a ocorrência de geadas provocaram uma redução de 22,0% na produtividade média. A análise aponta que faltou chuva no início do plantio, geou no período de enchimento do grão e, quando chegou a época de colheita do restante, choveu em excesso, fato que prejudicou a qualidade e fez com que parte do trigo fosse destinada à ração animal.

